

TRANÇADOS QUILOMBOLAS: PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS DE INTELECTUAIS QUILOMBOLAS

Rosiene Francisco dos Santos^{1,2} 

Elionice Conceição Sacramento^{3,4} 

Ana Claudia Matos da Silva^{5,6} 

Rosânia do Nascimento (Zane)⁴ 

María Elvira Díaz-Benítez⁴ 

¹Quilombo Kalunga, Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, GO, Brasil.

²Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia,
Universidade de Brasília, DF, Brasil.

³Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição, Salinas da Margarida, BA, Brasil.

⁴Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social do Museu Nacional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

⁵Quilombo Mumbuca, Mateiros, TO, Brasil.

⁶Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação
em Direitos Humanos e Cidadania, Brasília, DF, Brasil.

A presente publicação tem origem nas inquietações e reflexões provocadas durante a XIV Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), realizada em agosto de 2023, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói. Especificamente na mesa redonda intitulada *"Colônias demais: pesquisas e contra-pesquisas no confronto com as frentes de colonização"*, coordenada e organizada pelo professor Bernardo Curvelano Freire (UNIVASF) e que contou com a participação da quilombola Ana Cláudia Matos da Silva (Quilombo Mumbuca — TO), representante de outras mulheres quilombolas presentes no debate. As discussões intensas e os questionamentos compartilhados ao longo da conversa, provocaram desdobramentos significativos devido a sensibilidades dos participantes.

Como resultado dessa mesa redonda, Ana Mumbuca, Rose Kalunga e Bernardo Curvelano Freire foram convidadas/os para uma conversa com a professora María Elvira Díaz-Benítez, docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ e editora responsável pela revista *Mana — Estudos de Antropologia Social*. Impactada pela potência das reflexões

apresentadas, a professora sugeriu a elaboração de um número especial da revista, inteiramente produzido por pesquisadoras/es quilombolas e dedicado às suas investigações e experiências. Assim nasceu esta edição, que busca dar visibilidade às epistemologias, vivências e modos próprios de produzir conhecimento a partir dos territórios quilombolas do Brasil.

É nesse sentido que a contundência e a profundidade das provocações de Ana Cláudia Matos da Silva (Ana Mumbuca) se revelaram decisivas para o subsequente surgimento do Dossiê que agora apresentamos, catalisando um esforço coletivo de pesquisadoras e ativistas em densificar a análise crítica das dinâmicas coloniais da antropologia e em dar visibilidade às resistências e aos saberes ancestrais.

Após a XIV RAM, as pesquisadoras quilombolas Rosiene Francisco dos Santos (Quilombo Kalunga — GO), Ana Cláudia Matos da Silva (Quilombo Mumbuca — TO), Elionice Conceição Sacramento (Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição — BA) e Shirley Pimentel de Souza (Quilombo Pedra Negra da Extrema — BA) se reuniram online para articularem esta proposta com a professora María Elvira Díaz-Benítez (MN/UFRJ) e o professor Bernardo Curvelano Freire (UNIVASF) que, por razões próprias do processo de uma construção contracolonial, insurgente, negra, feminina e quilombola, não se manteve nesta empreitada. Posteriormente, acolhemos a importante parceria da amiga Rosânia do Nascimento (MN/UFRJ) e outras irmãs negras e quilombolas que participaram desta produção, garantindo a pluralidade de experiências e saberes que informam as reflexões aqui apresentadas, em consonância com o compromisso político de produção de conhecimento engajado.

Ainda é difícil nos conectarmos estando nas instituições de ensino superior público ou privado, este último pelo acesso garantido pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) ou Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Seguimos, muitas vezes, atravessando seus corredores como corpos que ainda passam despercebidos ou focalizados como “temas de pesquisas”. Mas, mesmo assim, é por meio de redes de afeto, colaboração, articulação e ancestralidade que conseguimos trançar caminhos, criar presenças, fazer eco e elos com as irmãs e irmãos quilombolas que adentram esses espaços universitários.

Não se trata apenas de produzir estatísticas sobre nossas ausências ou de apresentar o estado da arte da nossa produção científica, trata-se de trazer à cena as nossas histórias de luta, de conquistas forjadas a muitas mãos, de brechas abertas na estrutura desigual e racista do ensino superior brasileiro. Essa presença não é casual, tampouco fruto de concessões de pessoas ou instituições; ela é resultado direto da expansão e do reconhecimento legal das Políticas de Ações Afirmativas como a Lei de Cotas no ensino superior brasileiro (Lei nº 12.711/2012), Vestibulares para Quilombolas nos cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), incluindo especializações no campo da Educação para as

Relações Étnico-Raciais e Quilombolas, concentrados de forma pioneira nos estados do Pará, Bahia, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Temos dito, portanto, que esse processo é resultado das batalhas incansáveis travadas pelos movimentos sociais quilombolas no campo da Educação e outras trincheiras de luta.

Como bem assinala Shirley Pimentel de Souza (2014), a segunda década dos anos 2000 marcou um ponto de inflexão para o reconhecimento da Educação Escolar Quilombola (EEQ). A sua inclusão como modalidade da Educação Básica na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, pavimentou o caminho para a subsequente elaboração e aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), construídas entre 2010 e 2011 e oficializadas em 2012. Para seu reconhecimento legal e implementação nas instâncias federativas, percebe-se a luta incansável de professoras/es e gestores/as escolares quilombolas, além do ativismo de lideranças, mulheres e juventude quilombola.

Acompanhando as contribuições de outras referências quilombolas como Givânia Maria da Silva (2016), de Conceição das Crioulas — PE, a persistente barragem social imposta às comunidades quilombolas no acesso à educação superior no Brasil ecoa séculos de subjugação, racismo e invisibilidade histórica. A ausência de políticas afirmativas específicas e a manutenção de processos seletivos universalizantes, que desconsideram as profundas assimetrias educacionais, sociais, territoriais e políticas, têm sistematicamente obstaculizado a presença de pessoas quilombolas em espaços de produção de conhecimento e poder na educação básica e, por consequência, no ensino superior.

Nesse contexto, a implementação da Educação Escolar Quilombola (EEQ) e de vestibulares diferenciados, e a reserva de vagas para pessoas quilombolas nos vestibulares no ingresso ao ensino superior transcendem a mera ação compensatória, configurando-se como um imperativo ético e político para a concretização da justiça social e a efetivação do direito à educação em sua plenitude.

Participamos da XIV RAM, em Niterói — RJ, em 2023, imbuídas da consciência política das históricas feridas da exclusão, da invisibilidade e do racismo que nos atingem enquanto pessoas quilombolas e de outras identidades tradicionais no campo da educação. A dinâmica observada — sermos reiteradamente “temas de pesquisa” nos diversos espaços do evento — escancarou a persistente hierarquia de poder no campo antropológico. Questionamos, de forma contundente, a nossa sistemática ausência nos postos de coordenação, organização e produção daquele encontro. Quais são os obstáculos que nos impedem de ocupar espaços de decisão na disciplina, no campo acadêmico e profissional? Essas reflexões nos convocam a um urgente reexame de nossas estratégias de luta e à construção de uma agenda política comum com outros grupos étnico-raciais que também

resistem à marginalização dentro da antropologia, visando uma transformação estrutural da disciplina.

Desde a década de 1970, a sub-representação de pessoas e grupos étnico-raciais nos espaços acadêmicos e profissionais da antropologia tem sido uma questão notada e discutida em eventos internacionais da área. O antropólogo Ira E. Harrison (1987) já apontava para uma persistente negligência em relação às contribuições de antropólogos e antropólogas afro-estadunidenses na redefinição da disciplina. Surgida nos debates da reunião da *American Anthropological Association* (AAA), em 1975, em São Francisco, nos Estados Unidos, o grupo *Caucus Black Anthropology* foi transformado posteriormente na *Association of Black Anthropologists* (ABA). É importante reiterar que, mesmo sendo protagonizada por pessoas negras, desde o seu nascimento a ABA atentou-se para o diálogo com outros grupos como povos indígenas, povos latinos, chicanos e asiáticos.

No Brasil, os encontros da sociedade científica, como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), reuniões, simpósios e congressos da área, nacionais e internacionais, têm exposto a ausência de pessoas e grupos étnico-raciais minorizados na programação oficial. Ao mesmo tempo, as resistências proporcionam um espaço estratégico para que, conscientes do dispositivo de racialidade, para lembrar a filósofa Sueli Carneiro (2023), persistente na produção do conhecimento e nas práticas de pesquisadores/as e instituições, nos identificamos e nos conectamos como protagonistas de nossas pesquisas e vidas. Antes, durante e depois desses eventos, nós nos organizamos e nos comunicamos para impulsionar os estudos antropológicos em nossas comunidades, territórios e populações a fim de fomentar os debates sobre temas centrais em nossas agendas de luta.

Vale lembrar que o Comitê Antropologia Negra Brasileira foi fundado no ano seguinte à realização da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), ocorrida na Universidade de Brasília (UnB), em 2018. Diante da invisibilidade de pessoas indígenas na antropologia, como docentes universitários, especialistas e profissionais, as ações da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA) foram responsáveis pela criação do Comitê Antropólogos Indígenas como órgão da ABA, em 2020 (Amante 2020). De modo geral, até a organização deste Dossiê, identificamos a presença do companheiro e antropólogo Davi Pereira Junior (UT — Austin/UEMA), do Território de Alcântara — MA, no Comitê Quilombos. Em outros órgãos da ABA, as implicações dos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas aparecem transversalmente no escopo das ações do Comitê Laudos Antropológicos, por exemplo.

A conquista do acesso, da permanência qualificada e da diplomação no ensino superior público representa um vetor fundamental em nossas lutas históricas por reconhecimento e justiça social. Contudo, circunscrever a plenitude de nossas existências a essa dimensão, ainda que estratégica, revela-se redutor. Nossas

vidas estão intrinsecamente enraizadas nos territórios tradicionais, espaços em que as lógicas temporais e espaciais divergem ontologicamente dos imperativos do produtivismo acadêmico, das práticas disciplinares hegemônicas, dos regimes epistemológicos estabelecidos e do culto a referenciais individualizados que frequentemente orientam a temática e os limites do campo da antropologia. Portanto, urge tensionar as fronteiras disciplinares e epistemológicas para que a produção de conhecimento antropológico dialogue de forma mais horizontal e respeitosa com as cosmovisões e as experiências coletivas que emanam de nossos territórios de terra, águas e ancestralidade.

Como nos ensina o pensador e mestre do saber Antônio Bispo dos Santos (2019), do Quilombo Saco-Curtume — PI, nós não temos a intenção de desmanchar o passado colonialista da antropologia, mas sim de contracolonizar. Ao reivindicar a nossa presença e participação nessa disciplina, não estamos negando outros processos de educação contextualizada e territorializada que antecedem a nossa entrada na área, pelo contrário, desejamos confluir, pois nossas palavras são vivas e não queremos que as nossas pesquisas se reduzam a palavras vazias. Tendo em vista que “nós, que somos integrados com a vida, aproveitamos e colocamos vida nessa palavra. E então chega um tempo que essa palavra nos serve, porque ela cria força, porque ela nos move e anda com a gente” (Bispo dos Santos 2019:25).

Da mesma forma, não estamos negando as contribuições da antropologia, da ABA e o trabalho compromissado de pesquisadoras/es, especialistas e docentes universitários/as que contribuíram para a consolidação do campo de estudos em contextos quilombolas. No entanto, ao revisitarmos o histórico da relação da ABA com as nossas comunidades, por exemplo, percebemos que mesmo adentrando as instituições de ensino superior expressivamente depois de 2010, desde a década de 1970, ou antes disso, nossos mais velhos e mais velhas, antepassadas, ancestrais ou contemporâneos, organizados/as nos territórios, em grupos ou associações/entidades, estiveram envolvidos/as com os casos emblemáticos que permitiram a antropologia se reinventar e avançar.

Voltando à histórica publicação *Terra de Quilombos*, organizada por Eliane Cantarino O'dwyer, notamos nossas comunidades sendo apresentadas respectivamente por Maria de Nazaré Baiocchi (1995) e Siglia Zambrotti Doria (1995). Quando essas pesquisas estavam em curso, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, em nossos territórios, muitas de nós ainda nem havíamos nascido ou éramos crianças. Mas depois de quase três décadas, chegamos até aqui. Estamos aqui. Queremos erguer e redimensionar nossas vozes e presença na disciplina antropológica. Lembramos sempre do nosso pertencimento étnico-racial: duas de nós, organizadoras deste Dossiê, somos oriundas do Território Kalunga, em Goiás, e de Pedra Negra da Extrema, esta última situada contígua à região de Território Rio das Rãs, na Bahia.

Diante disso, nos perguntamos: onde é o nosso lugar na antropologia? Podemos nós, pessoas quilombolas, sermos docentes universitárias, produzir laudos antropológicos e perícias técnicas? Será que estamos prontas e seremos reconhecidas/os para assumir um lugar de destaque nessa ciência que historicamente nos observa de fora? Talvez a hora de ocupar seja agora, não mais como fonte de dados, mas como autoras de teoria e de método.

A partir do grupo formado logo após a XIV RAM, com articulações feitas em parceria aos colegas da área, foi necessário fazer um mapeamento inicial para espacializar a nossa presença nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação em antropologia. Assim sendo, produzimos um questionário e o fizemos circular para que as pessoas que acessaram esses cursos pudessem responder às questões levantadas. Em termos gerais, ficou evidente que as políticas de ações afirmativas adotadas por universidades públicas da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram de grande relevância nos passos que demos até aqui, mas que precisamos avançar nas rotas da pesquisa, qualificando especialmente a metodologia de modo a garantir maior alcance nacional.

Por mais que não tenhamos conseguido explicitar as informações sobre as presenças quilombolas na Região Sul, registramos a relevante contribuição de diversas pesquisadoras aliadas, como a professora titular aposentada Ilka Boaventura Leite, e sua atuação pioneira no Núcleo de Estudos e Identidades Interétnicas (NUER/UFSC), nos estudos de prática pericial antropológica em contextos quilombolas e outras agendas correlatas. Precisamos ampliar nossas redes de articulação para tornar este estudo preliminar em algo mais robusto em um futuro próximo, pois temos acompanhado, entusiasmadas, os esforços institucionais e políticos para a implantação do curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), assim como outras experiências construídas de forma exitosa nessa região tão emblemática para o avanço de conquistas de direitos da população negra e das comunidades quilombolas.

Por exemplo, ao constataremos no mapeamento apresentado aqui, a expressiva presença de pessoas quilombolas dos estados da Bahia e do Pará nos espaços acadêmicos, reconhecemos não apenas a força de suas trajetórias individuais e coletivas, mas também o potencial transformador que essa representatividade inaugura para outras experiências no país. Diante desse cenário promissor, torna-se urgente expandir as redes de apoio, consolidar alianças com pessoas quilombolas de outros estados e adensar a diversidade de vozes e debates no interior das universidades públicas e, em especial, na antropologia.

Essa ampliação não visa mera ocupação de espaços, mas sim a promoção de uma transformação profunda que promova vitórias para os nossos territórios tradicionais. Assim, o tensionamento de estruturas estabelecidas e a reexistência em um ambiente que, historicamente, nos negou o acesso, é uma luta constante. O que, para alguns, foi sempre chão garantido, para nós foi roçado e aberto a facão — com essa metáfora evocamos a luta ancestral por reconhecimento e espaço, em contraste aos privilégios usufruídos por outras pessoas e grupos da sociedade brasileira. É nessa senda de coletividade e movimento que persistimos.

Ao longo da luta histórica pelo acesso à educação e pela permanência no ensino superior, temos ouvido de nossa gente, tanto dos mais velhos como dos mais novos, a respeito da importância de ocuparmos a academia de forma estratégica — não só no sentido de conseguir uma qualificação profissional e garantir condições dignas de vida individualmente, mas para impactar positivamente a coletividade, contribuindo no levantamento de dados para formulação e implementação de políticas públicas. Além disso, há uma expectativa de que seremos as sujeitas e os sujeitos com autoridade intelectual e legitimidade pública para produzir laudos/perícias e relatórios antropológicos.

O mapeamento apresentado neste presente Dossiê revela uma constatação significativa: a presença de pessoas quilombolas demonstra maior expressividade nos programas de pós-graduação em antropologia, quando comparada à sua representatividade nos cursos de graduação em antropologia e ciências sociais. Tal fenômeno, longe de ser fortuito, encontra uma explicação, em parte, nas estratégias adotadas pelos movimentos sociais quilombolas e de outras experiências como a Escola das Águas (Santos *et ali* 2019), na Bahia, que confirma as especificidades dos quilombos pesqueiros.

As nossas vozes ecoam, seja na produção acadêmica ou em nossas participações nos debates comunitários internos ou públicos. Assim, essa produção não se encerra nos muros universitários. Pelo contrário, as pesquisas que desenvolvemos e nas quais atuamos em colaboração com grupos de estudos/pesquisas de docentes universitários/as aliados/as circulam ativamente em instâncias decisivas para a defesa de nossos territórios e direitos, como o judiciário, o Grupo da Terra/Ministério da Saúde, a Fiocruz e o Ministério Público Federal, organizações da sociedade civil, entidades religiosas e/ou iniciativas de assessoramento jurídico popular. Entendemos a produção de conhecimento como uma ferramenta potente de luta e resistência, e a nossa presença nesses espaços é uma afirmação política de nossa intelectualidade e de nosso compromisso com o futuro ancestral de nossas comunidades.

As nossas ancestrais produzem ciência desde os territórios tradicionais, que, portanto, configuram-se como um *locus* de conhecimentos ancestrais, ainda que historicamente negligenciados pelas epistemologias hegemônicas. Intelectuais negras de envergadura como Lélia González e Beatriz do Nascimento, e outras pessoas e organizações do Movimento de Mulheres Negras e Movimento Negro Unificado (MNU), travaram uma luta política desde a década de 1970 para que nós tivéssemos acesso à educação formal como direito inegociável. Embora o ingresso de algumas pesquisadoras quilombolas na antropologia tenha se dado em um segundo momento de formação acadêmica, no âmbito da pós-graduação, é importante ressaltar que nossas trajetórias investigativas não se iniciam nesse momento.

Nossas experiências pregressas, forjadas em contextos acadêmicos e profissionais diversos — a exemplo da Educação Escolar Quilombola (EEQ), da Educação pelas Águas, da participação ativa e participativa em espaços como o Encontro de Pesquisas, Diálogos, Saberes e Fazeres Quilombolas Kalunga, o Encontro de Saberes promovido inicialmente pelo Instituto Nacional de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa da Universidade de Brasília (INCTI/UnB), coordenado pelo professor José Jorge de Carvalho (DAN/UnB), Nova Cartografia Social, da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), além da formação no Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT/UnB) e/ou na área dos Direitos Humanos — atestam um engajamento científico preexistente e profundamente enraizado.

Assim, a produção científica que emerge de nossos territórios se estabelece como uma práxis engajada na defesa dos direitos humanos de nossas comunidades e de outros povos e comunidades tradicionais, subvertendo as tradicionais dicotomias entre saber acadêmico e saber tradicional, e reivindicando um lugar de centralidade na produção de conhecimento crítico e socialmente relevante.

Atualmente, vivenciamos uma conjuntura política e econômica complexa no que tange à política quilombola, marcada por avanços e retrocessos que nos convocam a uma postura ainda mais crítica e radical na defesa dos nossos territórios e dos direitos. Se olharmos para a linha histórica dos governos federais, estaduais e municipais, veremos que houve pouco avanço no orçamento público destinado à regularização fundiária quilombola operada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e pelos institutos de terra em outras instâncias federativas, conforme regido pela promulgação do Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, pelo Decreto 4.887/2003 e outras normativas.

Desse modo, podemos afirmar que não existe vontade ou compromisso político das legendas político-partidárias para promover o avanço da titulação definitiva dos territórios e outros direitos culturais e sociais. Por outro lado, percebemos avanços exponenciais dos projetos do capitalismo, com aval do Estado brasileiro, que se configuram pela expansão galopante das fronteiras da mineração, agronegócio, hidronegócio, pesca industrial, especulação imobiliária, implantação e expansão de matrizes energéticas injustas e com passivo ambiental nos territórios tradicionais, com a extração do petróleo, as usinas hidrelétricas e as eólicas, e do turismo predatório.

Essa dinâmica de expropriação e violação dos territórios tradicionais se intensificou em momentos específicos, como durante o governo de extrema direita liderado por Jair Bolsonaro (2019-2022), cuja gestão foi marcada por políticas antiambientais, desmonte de instituições de proteção territorial e ataques sistemáticos aos direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais.

Mesmo em contextos nos quais os homens possuem maior liberdade de circulação e acesso ao espaço público, são as mulheres quilombolas que demonstram um compromisso mais consistente e contínuo com a educação e a formação política. Essa desigualdade de gênero no acesso ao ensino superior, historicamente condicionada por estruturas patriarcais e sexistas, não impediu que as *mulhezada* quilombolas assumissem o protagonismo na produção do conhecimento e na construção de novos horizontes de luta. Afirmamos que não se trata de negar a presença, a contribuição ou o envolvimento dos homens quilombolas, muitos dos quais também estão inseridos nos processos formativos e nas lutas coletivas. No entanto, o mapeamento aqui realizado (Figuras 1 e 2, a seguir) evidencia com força o papel central das *mulhezada* quilombolas, que se destacam pela constância, pela articulação e pela capacidade de transformar a formação em um campo estratégico de resistência e reexistência.

Este dossiê é atravessado pela escrita das *mulhezada* não apenas como participação, mas como centralidade política. São elas que têm transformado o conhecimento em instrumento de resistência, articulando memória, território, corpo, ambientes e autonomia. A presença feminina aqui não é decorativa, é fundacional. A escrita das *mulhezada* quilombolas é uma ferramenta de combate à invisibilização, um ato de ruptura com o silenciamento imposto pelas múltiplas formas de opressão colonial, racista e patriarcal.

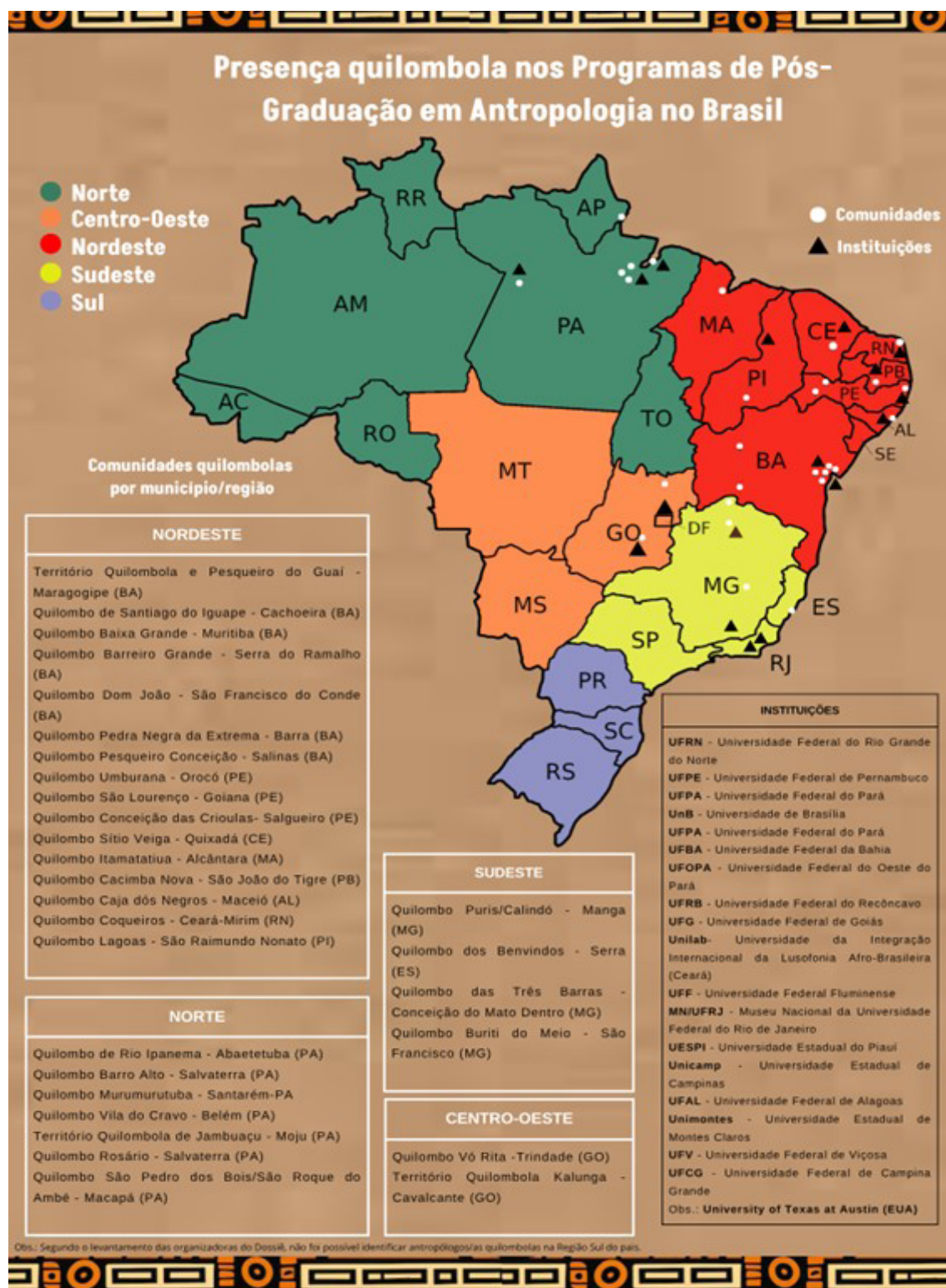


Figura 1: Quilombolas em PPGs de Antropologia no Brasil.

Fonte: Dados do mapeamento aqui apresentado organizados por Rosânia do Nascimento (2025).

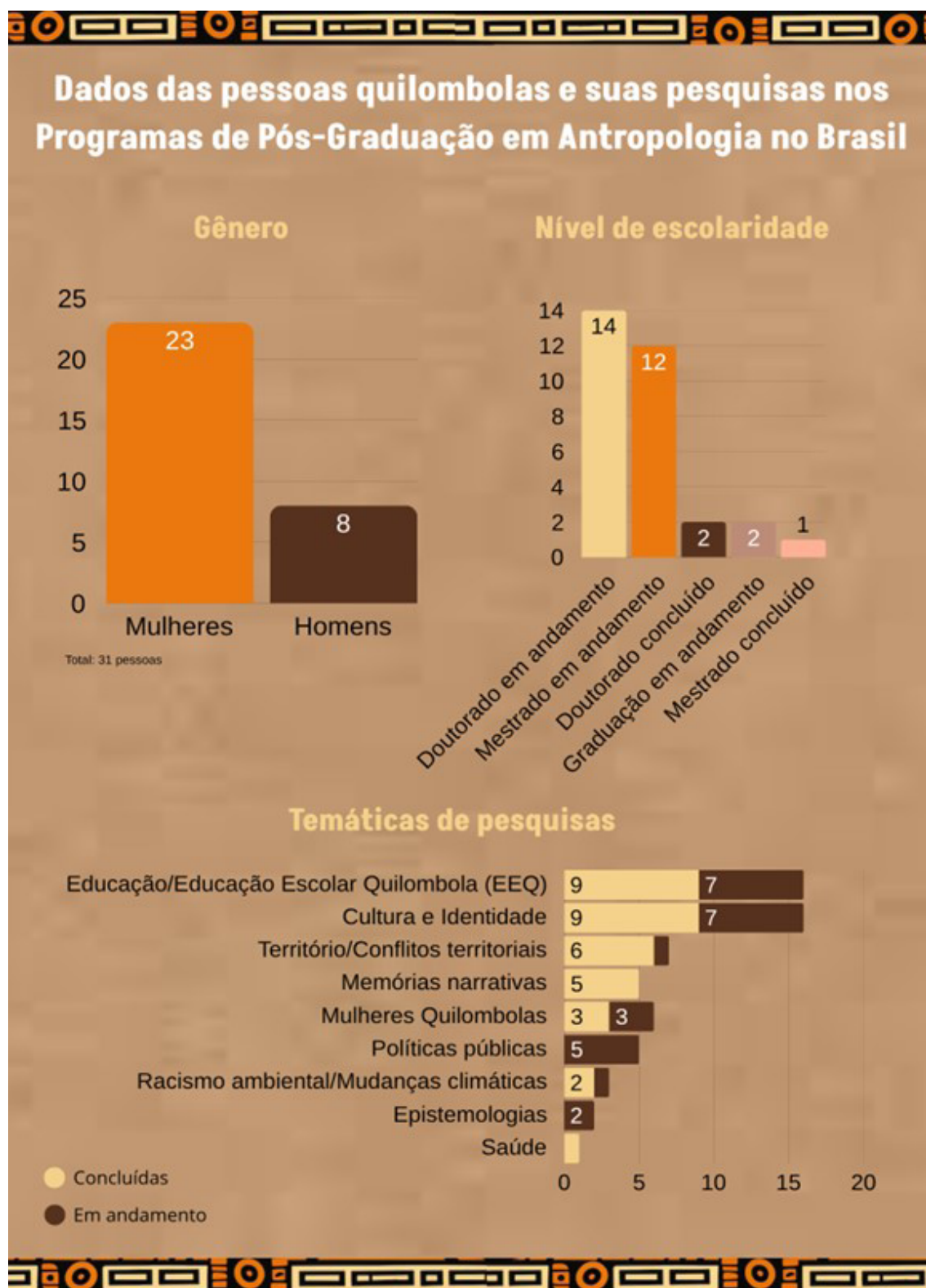


Figura 2: Quilombolas e suas pesquisas nos PPGs de Antropologia no Brasil.

Fonte: Dados do mapeamento aqui apresentado organizados por Rosânia do Nascimento (2025).

Sobre o conteúdo do Dossiê

Neste volume, Israel Oliveira, Rosiene Francisco dos Santos e Shirley Pimentel de Souza abrem o dossiê nos convidando, por meio do artigo "Reposicionamento do nativo: quilombolas nos cursos de Antropologia e uma antropologia quilombola", a refletir sobre o lugar das pessoas quilombolas no campo da Antropologia. Em uma escrita marcada pelas vivências acadêmicas e territoriais, o artigo tensiona os limites da academia e do fazer antropológico, ao expor as hierarquias epistêmicas que ainda são impostas ao tentar restringir a atuação intelectual de quilombolas. A partir de suas trajetórias, as pessoas autoras defendem uma antropologia que reconheça a pluralidade dos territórios quilombolas, dos seus saberes e das escolhas teórico-metodológicas das pesquisadoras quilombolas.

No artigo, "Encontro pelas Águas: Nós, as Pescadoras Quilombolas no Movimento e na Academia", elaborado por Marizelha Carlos Lopes, Júlia Stefany de Jesus Vilas Boas, Idiane Barbosa dos Santos, Elionice Conceição Sacramento, Dalila Conceição Correia e Andréa Souza Bonfim, enfatizam-se as dinâmicas socioeconômicas e territoriais que caracterizam os quilombos pesqueiros da Bahia. As autoras revelam um sistema de produção e distribuição interdependente focado no intercâmbio de bens pesqueiros e a diversificação produtiva agroecológica em regime de economia familiar cooperada, configurando estratégias de resistência e autonomia frente às históricas tentativas de apagamento e homogeneização. Essa articulação que se dá no território de terra e águas não se restringe a uma dimensão econômica, mas configura-se como um ato político de reafirmação identitária e territorial, de manutenção de laços ancestrais e de projeção de um futuro no qual as especificidades e a diversidade dos quilombos pesqueiros sejam não apenas reconhecidas, mas também respeitadas e protegidas contra as investidas de um modelo de desenvolvimento excludente e predatório.

No artigo "Juventude quilombola de Jambuaçu ocupam e forjam espaços outros, constroem e potencializam pedagogias outras", John Santiago, Silvana Sarmiento e Vanuza Cardoso apresentam as juventudes de Jambuaçu, em Moju, no Pará, como criadoras de pedagogias próprias a partir de suas lutas. O texto revela as estratégias de resistência cultivadas por jovens que transformam a memória coletiva e a oralidade em projeto político por meio de ações de educação popular como Quilomboleas, o Centro de Memória Raízes Quilombola de São Manoel e o Projeto Perpetuar.

A antropóloga quilombola Maria Páscoa Sarmiento de Sousa, do Quilombo Barro Alto, no município de Salvaterra, Ilha de Marajó — PA, nos envolve com uma escrevivência compartilhada com muitas outras malungas, a partir do artigo "Marias quilombolas marajoaras, malungas iyalodês de Salvaterra - Pará". A escrita ecoa as vozes de muitas mulheres, entrelaçando epistemologias afrocentradas e

as memórias de luta e resistência das mulheres negras que assumem a liderança dos quilombamentos cotidianos. Com uma escrita poética, o artigo denuncia a necropolítica do Estado e evoca a ancestralidade das malungas iyalodês como guardiãs do território.

No artigo, intitulado "Irmãs do inhambe: quilombamento entre intelectuais negras", escrito por Kleyne Janne Costa de Souza, Gabriela dos Anjos de Jesus, Naiane Jesus Pinto e Elionice Conceição Sacramento, emerge um potente ato de quilombamento intelectual, apresentando a solidariedade afro-diaspórica como estratégia fundamental para a construção de trajetórias acadêmicas contra-hegemônicas. Ao deslocar o foco da competição individual para a colaboração ancestralmente inspirada, as autoras demonstram como a partilha de vivências, saberes e afetos, enraizada em seus territórios de vida e nas epistemologias quilombolas, nutre um percurso coletivo de fortalecimento e autorrecuperação no ambiente acadêmico. A narrativa polifônica das pesquisadoras, ao evidenciar suas trajetividades singulares e convergentes no doutorado em antropologia da UFBA e no MN/UFRJ, explicita a urgência de reconhecer e valorizar as intelectualidades negras e quilombolas, historicamente marginalizadas, como pilares para a produção de um conhecimento antropológico mais plural, crítico e comprometido com a justiça social e epistêmica.

Em "Enterrar umbigos, botar roças e fazer casas: memórias da construção de territórios quilombolas às margens do Velho Chico", Florisvaldo Rodrigues da Silva e Shirley Pimentel de Souza cruzam memórias e territórios, trazendo escritivências e escutativências construídas em territórios quilombolas que ficam às margens do rio São Francisco. O texto tece histórias de compadrios, plantios, deslocamentos e lutas, revelando as múltiplas formas pelas quais as comunidades negras vêm construindo suas identidades, pertencimentos e territórios de liberdade.

Com o texto "Conversar não é governar: trajetórias de lideranças comunitárias na construção e condução da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí", Arnaldo de Lima, Bernardo Freire, Claudio Teófilo, Osvaldina dos Santos e Maria Rosalina dos Santos narram as trilhas construídas por lideranças quilombolas do estado do Piauí. Tomando como ponto de partida a diferenciação entre liderança política e liderança comunitária, o texto revela como as lideranças são constituídas, bem como suas tênues fronteiras e confluências.

Escrita a muitas mãos por quilombolas da geração-neta, a "Carta para a geração Iaiá e Ioiô: resposta ao Nêgo Bispo" é um gesto de referência e confluência. Shirley Pimentel de Souza, Elionice Conceição Sacramento, Rosiene Francisco dos Santos (Rose Kalunga) e Ana Claudia Matos da Silva (Ana Mumbuca) respondem ao chamamento de Antônio Bispo dos Santos, conhecido por Nêgo Bispo, do Quilombo Saco-Curtume, no município de São João do Piauí — PI, com palavras que demarcam o respeito e o comprometimento com a luta quilombola. Ao mesmo

tempo em que agradecem os carreiros abertos, as autoras reafirmam o compromisso de continuar trilhando outras possibilidades de existências quilombolas no mundo acadêmico e em seus territórios.

Sob a sombra de uma árvore, entre os sons do cerrado e o pulsar do Aquilombar, acontece a entrevista com Arnaldo de Lima, o Mestre Naldinho, que é liderança, mestre de encantarias, zelador de terreiro e memória viva do Quilombo Custaneira, no município de Paquetá do Piauí — PI. "Os cânticos e feitiços quilombolas: entrevista com Mestre Naldinho" é um registro de saberes que resistem cantando, curando e fortalecendo o povo quilombola e seus modos de vida.

Por fim, este Dossiê apresenta as resenhas de quatro livros de autorias quilombolas. A obra *Revolta do Cachimbo — A Luta Pela Terra no Quilombo da Caveira* (2022), da escritora quilombola Gessiane Nazário, escrito pela Quilombola Maria Isabel Cabral da Silva. O livro é um marco na historiografia social brasileira, ao reconstruir, com profundidade analítica e sensibilidade política, o histórico conflito fundiário envolvendo a Fazenda Campos Novos, localizada na Região dos Lagos, no Rio de Janeiro. A partir do episódio emblemático da proibição do cachimbo — símbolo cultural e espiritual para os trabalhadores/as negros/as, a autora revela camadas profundas de opressão, dominação territorial e apagamento histórico que marcaram as trajetórias dos quilombolas. Estruturado em cinco capítulos, o livro expõe a transição da relativa convivência com a família Honold para o regime de violência e arbitrariedade imposto pelo Marquês Antônio Paterno Castello, cuja tirania motivou a chamada Revolta do Cachimbo. Ao entrelaçar memória, luta e identidade, a autora denuncia a persistência do racismo estrutural e da grilagem de terras, e reforça a urgência da titulação dos territórios quilombolas como garantia de dignidade e permanência. A obra, ao mesmo tempo em que faz denúncia e afirmação, resgata uma história silenciada, e convoca o tempo presente a não repetir os erros do passado, sendo uma leitura essencial para a educação antirracista e a valorização das lutas negras no Brasil.

Na segunda resenha, a Quilombola Naita Aparecida Nunes de Lima apresenta o livro "Mulheres Quilombolas: Territórios de Existências Negras Femininas", organizado por Selma dos Santos Dealdina, publicado em 2020, encontra-se a reunião das vozes de mulheres quilombolas de diferentes regiões do Brasil. A obra dá visibilidade às experiências, saberes, lutas e resistências dessas mulheres negras em seus territórios, afirmando sua centralidade nas dinâmicas sociais, políticas e culturais das comunidades quilombolas. Por meio de relatos, ensaios e reflexões, o livro evidencia como o corpo, a memória, a ancestralidade e a luta pelo território se entrelaçam na construção das identidades e resistências quilombolas femininas.

Na terceira resenha, Rosânia do Nascimento (Zane) apresenta o livro “Da Diáspora Negra ao Território de Terra e Águas: Ancestralidade e protagonismo de mulheres na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas — BA”, escrito pela autodefinida pescadora quilombola Elionice Conceição Sacramento. Publicado em 2021, a obra é um estudo imbricado das dimensões histórica, religiosa, social e cultural que convergem na relação entre ancestrais africanos/as e indígenas, suas terras-territórios e as águas do Quilombo Conceição. A autora contrapõe-se à narrativa oficial sobre o tráfico transatlântico e a formação de quilombos pesqueiros, defendendo a ancestralidade e o direito às águas como constitutivos da identidade e do território das Populações das Águas e Quilombolas. A obra explora a experiência da maré como elemento central na organização social e cosmológica da comunidade, evidenciando o protagonismo feminino na luta por direitos e na construção de uma linhagem matrilinear ancestral, a “Raça de Filomena”, em face da sobreposição histórica da lógica da propriedade privada sobre o território tradicional e dos impactos de empreendimentos desenvolvimentistas.

A última resenha, as filhas Joana Maria Bispo e Karina Ferreira dos Santos apresenta a obra *A terra dá, a terra quer* (2023), de Antônio Bispo dos Santos — o Nêgo Bispo, tradutor e pensador quilombola cujas palavras foram lavradas na oralidade ancestral —, convidamos a uma reconexão radical com a Terra e com os saberes orgânicos dos povos tradicionais. A partir de uma cosmovisão contracolonial, o autor confronta o modelo eurocristão-monoteísta e propõe caminhos de confluência, circularidade e envolvimento com todos os viventes. A obra não se estrutura como um manual de regras ou prescrições, mas como uma partilha generosa de ensinamentos e saberes ancestrais, traduzidos da oralidade para a escrita com delicadeza e firmeza. Em vez de seguir uma linearidade ocidental, o livro se desenha em espirais de narrativas diversas, plurais e circulares, refletindo a lógica do saber quilombola, que se move em roda, em tempo espiralar.

Considerações finais

Sou María Elvira Díaz-Benítez, professora do PPGAS/Museu Nacional. Fui convidada pelas organizadoras do dossiê a participar como coautora deste texto de apresentação e me senti muito honrada com o convite. A mim, resta apenas agradecer a todas as pessoas que se somaram a esta empreitada, autoras e autores, e muito especialmente as organizadoras do dossiê. Tivemos meses de troca intensa, por e-mail e Whatsapp, e algumas reuniões virtuais, nas quais muito aprendi.

Quando me sentei à mesa com Ana Mumbuca, Rose Kalunga e Bernardo Freire, naquela tarde de agosto de 2023, em Niterói — RJ, para planejar este número, eu sabia que estávamos frente a um evento importante: um trabalho

de curadoria e escrita completamente quilombola, que permitiria apresentar à antropologia brasileira pesquisas feitas por pensadoras que recusam ser apenas objetos de pesquisa e clamam por se posicionar como produtoras de conhecimento. Nas reuniões, elas me disseram: "queremos fazer em nossos termos", o que implicaria, para a Revista Mana, abrir uma exceção: permitir artigos com múltiplas autorias (mais de quatro pessoas), entendendo a importância do fazer coletivo nos territórios quilombolas e no próprio trabalho autoral. Afinal, o pensamento se faz na confluência e no aquilombamento, e isso — se queremos, de fato, nos somar a uma antropologia contracolonial — deve ser superior a qualquer norma editorial. "Fazer em nossos termos" significa também questionar vazios, silêncios e posicionalidades nos jogos de poder epistemológicos, e com esses questionamentos instigar a antropologia a ser mais plural, participativa e equitativa, isto é, a se tornar uma disciplina melhor.

Desejo agradecer também à Rosânia do Nascimento, a "Zane", antropóloga e artista negra, a quem devemos a belíssima arte com a qual fizemos a capa deste dossiê, assim como os mapas e gráficos que acompanham este texto. Agradeço ao meu colega, o professor John Comerford, que se debruçou junto a mim na edição destes textos, lendo e comentando todos os artigos. E agradeço ao meu colega Bernardo Freire, que organizou o evento em que escutei Ana Mumbuca e senti aquele frio na barriga diante de suas palavras —foi ele quem também me apresentou à Rose e possibilitou este Encontro. Agradeço aos pareceristas.

Com este dossiê, me despeço de cinco anos consecutivos na chefia editorial da *Revista Mana*. Não poderia ser melhor!!! O dossiê é publicado em 2025, mesmo ano em que o PPGAS/Museu Nacional terá seu primeiro processo seletivo com vagas reservadas para estudantes Quilombolas, e 12 anos depois da implementação das ações afirmativas. Aqui, celebramos ainda que, desde 2013, o PPGAS/MN formou 30 mestres/as negros/as, 10 mestres/as indígenas, 12 doutores/as negros/as e 6 doutores/as indígenas que ingressaram como optantes pelas ações afirmativas.

Referências

- AMANTE, Vandreza. 2020. Com urucum e jenipapo nasce a Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA). *Catarinas*. Disponível em: <https://catarinas.info/com-urucum-e-jenipapo-nasce-a-articulacao-brasileira-de-indigenas-antropologes-abia/>. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.
- BAIOCCI, Mari de Nasaré. 1995. "Kalunga: Sagrada Terra". In: E. C. O'Dwyer (org.). *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro: ABA; Decania CFCH/UFRJ. p. 35-46.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. 2019. "As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético." In: A.R. Oliva *et al* (org.). *Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. p. 23-36. (Coleção Cultura Negra e Identidades)
- CARNEIRO, Sueli. 2023. *Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DORIA, Siglia Zambrotti. 1995. O Quilombo do Rio das Rãs. In: E. C. O'Dwyer (org.). *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro: ABA; Decania CFCH/UFRJ. p. 3-34.
- HARRISON, Ira E. 1987. "The Association of Black Anthropologists: A Brief History". *Source: Anthropology Today* (3-1):17-21;. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3033268>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.
- SANTOS, Edielso Barbosa dos *et alli*. "Escola das Águas: Uma Educação pelas Águas". *Mares: Revista de Geografia e Etnociências* (1-1): 143-152. Disponível em: <https://www.revistamares.com.br/index.php/files/article/view/16>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2025.
- SILVA, Givânia Maria. 2016. *Educação e luta política no Quilombo de Conceição das Crioulas*. Curitiba-PR: Appris.
- SOUZA, Shirley Pimentel de. 2014. "O que pode a Educação Quilombola hoje no Brasil?" *Anais do VII Colóquio Internacional de Filosofia da Educação*, Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: https://www.filoeduc.org/trabalhos_2014/TR531.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2025.

Apêndice

Leiam pessoas quilombolas antropólogas!

ALVES, Paula Aristeu; Osvaldo Martins de Oliveira. 2023. "Memórias e trajetórias de escolarização de professoras, lideranças quilombolas do Espírito Santo". In: *Anais da XIV RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul*, 1 a 4 de agosto, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói (RJ). Disponível em: <https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/lista?simposio=275>. Acesso em: 16 de março de 2025.

ANDRADE, Crislaine Venceslau de. 2023. *Mulheres quilombolas de Povoação de São Lourenço (Goiana/PE): trajetórias de vida e mobilização política*. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Dissertação (Mestrado em Antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife (PE).

BARBOSA, Adrian Kethen Picanço. 2022. *Os tambores da África reverberam aqui: o Projeto Batuque como prática decolonial na comunidade quilombola de São Pedro dos Bois – AP*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Belém do Pará (PA).

BRITO, Raphael Tiago da Silva. 2023. *Saúde mental e educação: um estudo no ensino infantil e fundamental de São Raimundo Nonato - PI (2021–2022)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Campus Ariston Dias Lima. São Raimundo Nonato (PI).

COSTA, Pedro Guilherme Simões; OLIVEIRA, Joana. 2021. "Os saberes ancestrais quilombolas analisados pela perspectiva agrícola". In: *Anais do Congresso de Iniciação Científica da Unicamp. XXIX Congresso de Iniciação Científica da Unicamp*. Disponível em: <https://proceedings.science/unicamp-pibic/pibic-2021/trabalhos/os-saberes-ancestrais-quilombolas-analisados-pela-perspectiva-agricola?lang=pt-br>. Acesso em: 17 de março de 2025.

ELISBÃO, Edneide. "Relato de experiência: as contribuições da residência pedagógica e estágio na formação de professores frente ao novo ensino médio". In: *Anais do Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (virtual)*. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/92406>. Acesso em: 17 de março de 2025.

EUGENIO DA SILVA, Ana Maria. 2021. *As quilombolas do Sítio Veiga e a Dança de São Gonçalo em Quixadá - CE*. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades). Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, Redenção (CE).

FIRMIANO JÚNIOR, Francisco Cândido. 2020. *Lutas por terra na comunidade de Queimadas, Taipu (RN)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal-RN.

FONSECA, Joyce Grasielle Chaves. 2022. *A morenidade amazônica como expressão do colorismo?* Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Faculdade de Ciências Sociais, (PA).

GOMES, Rosenilda Botelho. 2019. *Saberes tradicionais quilombolas e a política nacional de assistência técnica e extensão rural: caso do Rapazinho Abaetetuba - Pará*. Dissertação (Mestrado em Cidades, Territórios e Identidades) – Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba (PA).

GUIMARÃES, Elianete de Sousa. 2022. *Os processos de ocupação territorial e resistência étnica no Marajó / Rosário - Salvaterra - PA*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Belém do Pará (PA).

JESUS, Gabriela dos Anjos de. 2021. *As formas de resistência na trajetória acadêmica de mulheres negras*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Cachoeira (BA).

NASCIMENTO, Márcia Jucilene do. 2017. *Por uma pedagogia crioula: memória, identidade e resistência*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília (UnB), Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Brasília, Distrito Federal.

OLIVEIRA, Israel da Silva. 2022. *Etnicidade, família e política: uma etnografia em Cajá dos Negros - AL*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas (AL).

PASSOLD, Sirlene Barbosa Corrêa; PORTELA, Cristiane de Assis; CRUZ, Alice da Silva; SILVA, Anna Lorena Moraes. 2022. "Mulheres tronco velho do Puris... até onde a nossa memória alcança a história". *Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, v. 23, n. 1, p. 324 – 340.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. 2024. "The future of Alcantara is not (just) rocket science; Quilombola epistemologies and the struggle for territory" In: SOUZA, Candice Vidal; ECKERT, Cornelia (Org.). *70 anos Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023)*. Brasília-DF: ABA Publicações, p. 209-212.

PINTO, Naiane Jesus. 2023. Na encruzilhada do território pesqueiro: uma etnografia dos conflitos territoriais e racismo ambiental nas comunidades quilombolas de Dom João e Monte Recôncavo em São Francisco do Conde - BA. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Cachoeira (BA).

QUINTILIANO, Marta. 2017. *Redes afro-indigenoafetivas: uma autoetnografia sobre trajetórias, relações e tensões entre cotistas da pós-graduação stricto sensu e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás*. Universidade Federal de Goiás (UFG). Faculdade de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Goiânia (GO).

SACRAMENTO, Elionice Conceição. 2021. *Da Diáspora Negra ao Território de Terra e Águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas – BA*. Curitiba-PR: Editora Appris.

SACRAMENTO, Elionice Conceição; SANTOS, Edielso Barbosa; SAMPAIO, Manuela Ferreira. 2025. "Ao olho de vidro: refazendo os caminhos ancestrais das Águas, das matas, pedras e grutas da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição-BA". *Revista GeoUECE*. v. 13, n. 25, p. 1-18. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/12798>. Acesso em: 17 de março de 2025.

SANTANA DOS SANTOS, Carlene. 2024. *Educação e identidade quilombola: reflexões sobre a educação escolar e saberes tradicionais na Comunidade Quilombola da Baixa Grande, Muritiba-BA*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Cachoeira (BA).

SANTOS, Rosiene Francisco dos. 2019. *Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II: limites e possibilidades para o turismo*. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo). Universidade de Brasília (UnB). Centro de Excelência em Turismo (CET). Programa de Pós-Graduação em Turismo, Brasília, Distrito Federal.

SANTOS, Zaquiel da Silva. 2025. "Os outros da nação brasileira: quem são os sujeitos da identidade nacional, perspectiva de um Brasil Afrodiaspórico". In: *Anais da XIV RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul*, 1 a 4 de agosto, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói (RJ). Disponível em: <https://www.ram2025.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRf9UUKFCQUxIT1wiOlwiNDU1OFwifSIzImgiOiJmMjY0ODIyNDUzYzY5NDM0MzQ5N2Y4ODczM2NmYTEyMiJ9>. Acesso em 17 de março de 2025.

SOUSA, Maria Páscoa Sarmiento de. 2022. "Re-Existências malungas: agência sociopolítica de mulheres quilombolas no Marajó". *Revista Terceira Margem Amazônia*, v. 7, n. 18, p. 15-29.

SOUZA, Shirley Pimentel de. 2015. *Educação escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia (UFBA). Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Salvador (BA).

Rosiene Francisco dos Santos é quilombola Kalunga, doutoranda no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (PPGAS/DAN/UnB), mestra em Turismo pelo Centro de Excelência em Turismo — Universidade de Brasília, Tecnóloga em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Goiás — IFG. Pesquisadora vinculada ao Grupo Sociabilidades, Diferenças e Desigualdades GSDD/UnB. Atua em questões relacionadas a conflitos socioambientais, turismo e relações étnico raciais em territórios Quilombolas. Colaboradora da Associação do Quilombo Kalunga — AQK.

Email: roseturkalunga@gmail.com

Elionice Conceição Sacramento é pescadora quilombola da sexta geração da raça de Veridiana e Filomena, doutoranda em Antropologia Social — PPGAS, Museu Nacional — UFRJ. Graduiu-se em Filosofia (FBB), especialista em Estado e Direito de Povos e Comunidades Tradicionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestra em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais pelo MESPT/UnB. Militante da Articulação das Pescadoras da Bahia (ANP-BA), Teia dos Povos e cooperada do Grupo Familiar União MAVE. Reconhecida como uma das vozes mais importantes na defesa da implementação do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) e da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, ambos pelo Ministério da Saúde do Brasil.

E-mail: elionicesacramento@gmail.com

Ana Cláudia Matos da Silva é pesquisadora, escritora e poetisa quilombola. Autora do livro Voo das abelhas da terra, e tem autoria no livro Quatro Cantos. Graduada em Serviço Social e mestre em Desenvolvimento Sustentável pela UnB, intitulada Uma escrita contracolonialista do Quilombo Mumbuca Jalapão-TO. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (PPGDH/Ceam/UnB).

E-mail: anamumbuca2@gmail.com

Rosânia do Nascimento (Zane) é neta de Dona Tudinha, baiana dos cerrados. É doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional — UFRJ. Mestra em Antropologia e bacharela em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Especialista em Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e Saúde pela ENSP/Fiocruz. Dedica-se ao campo da Antropologia com foco nos processos de formação do Estado e ênfase em políticas públicas direcionadas a povos e comunidades tradicionais.

E-mail: rosaniaoliveira01@gmail.com

María Elvira Díaz-Benítez é professora associada no PPGAS/Museu Nacional. Coordenadora do NuSEX (Núcleo de Estudos em gênero, sexualidade e raça) e diretora da coleção Kalela da Papéis Selvagens Edições.

E-mail: mariaelviradiaz@mn.ufrj.br

Editora-Chefe: María Elvira Díaz-Benítez

Editor Adjunto: John Comerford

Editor Adjunto: Luiz Costa

Declaração de Disponibilidade de Dados:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Recebido em: 15 de maio de 2025

Aceito em: 16 de maio de 2025